

A formação da identidade social brasileira a partir das construções ideológicas nacionais da Primeira República: análise e reflexão na Nova História Cultural

The formation of brazilian social identity from the national ideological constructions of the First Republic: analysis and reflection in the New Cultural History

Natália Cristina Dias Martir¹

Júlia Calvo²

RESUMO

Este artigo baseia-se no estudo da abordagem proposta pela Nova História Cultural sobre as questões que ajudaram a configurar a formação da identidade social brasileira. São elementos de caráter político e cultural que revelam os aspectos mais importantes do Projeto de Nação, angariado, sobretudo, pela figura de Dom Pedro II, o que demonstra as verdadeiras nuances responsáveis pela estrutura do novo governo, a República.

Palavras-chave: Identidade social. História Cultural. República.

ABSTRACT

This article is based on the study of the approach proposed by the New Cultural History on the questions that helped shape the formation of Brazilian social identity. These are elements of a political and cultural nature that reveal the most important aspects of the Nation Project, which was raised mainly by the figure of Dom Pedro II, which demonstrates the true nuances responsible for the structure of the new government, the Republic.

Keywords: Social Identity. Cultural History. Republic.

Introdução

Em primeiro lugar, a discussão do tema tem por objetivo a compreensão da construção de uma identidade social (termo aqui utilizado no sentido de "pertencer"), adotada pela sociedade brasileira na Primeira República, vistas às representações ideológicas impostas ou adotadas pela elite política. Dessa feita é preciso atentar-se na política da Ordem, do Progresso e da Higienização, características precursoras da ideologia republicana em fins do século XIX que, sob o prisma do positivismo representou, respectivamente: o controle, a dinâmica social, e a racionalidade. E, por fim, uma suntuosa reflexão que nos ajude a compreender a posição adotada pela sociedade brasileira atual em relação às suas iniciativas de participação social na política, e de que modo a identidade social da Primeira República reflete no presente.

¹Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: natalia.martir@sga.pucminas.br

²Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), professora adjunto IV da mesma universidade. E-mail: juliacalvo1@gmail.com

A construção da identidade nacional brasileira assenta-se numa ideologia e num projeto de nação desde o movimento de separação do Estado português, em 1822. Durante o Império há uma discussão a respeito do marco definidor, inicialmente com a aclamação de Dom Pedro I, em sete de abril de 1822, como defensor perpétuo do Brasil e, posteriormente, como desgaste do primeiro reinado, que levou à abdicação em sete de abril de 1831. Assim, passando a consagrar a abdicação como momento emancipatório pelos intelectuais do período. Dessa forma, Dom Pedro II estabelece um projeto nacional aliado ao progresso e ao desenvolvimento que vai se colocar em consonância com o modelo europeu.

Nesse entendimento a discussão histórica aponta para a formação da identidade social brasileira sob influência das construções ideológicas de um pequeno grupo: a elite política. A questão de cunho social explícita no tema pressupõe as divergências que se fizeram presentes nos contextos históricos de 1889 a 1929: foi feita a apropriação da identidade social brasileira do ato da Proclamação da República até as manifestações sociais, representadas na posição assumida pelas classes empobrecidas da sociedade brasileira enquanto agentes sociais.

É preciso considerar, mediante os estudos bibliográficos da Nova Historiografia que havia uma sociedade com características diversas, em que cada território recebia e interpretava as representações produzidas pela elite de diferentes formas, já que havia as especificidades regionais de cunho cultural. O Brasil resguarda desde a instauração republicana, em suas relações sociais, grandes contradições, dentre elas, a que diz respeito à existência de uma ideologia para “identidade nacional”, uma tentativa forjada, criada pelo imaginário político, de identificação do povo com seu país.

A política da I República na perspectiva da Nova História Cultural

As "construções ideológicas" citadas estão implícitas nas representações simbólicas e discursos da nova organização política que se impôs a partir de 1889, entretanto é preciso considerar os fatores históricos antecedentes, que ajudaram a moldar e a formar o cenário da administração política no Brasil.

Com relação à abordagem, a teoria e a metodologia, a História Cultural vem com a última geração da Escola dos Annales, traduzir as mudanças que se consagraram como uma escola voltada para a relação com o micro, incluindo a possibilidade de uma visão do particular para o geral, e da aproximação com outras ciências, como a antropologia e a

literatura. Dentro da realidade e do cotidiano brasileiro, os autores Sevcenko (1995) e Carvalho (1987) ressaltam de que modo a sociedade recebeu e resistiu às novas mudanças sociais e políticas do Novo Regime. Como a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu-se frente à questão econômica dos aventureiros e dos especuladores, e como iam ganhando espaço as novas representações sociais, como por exemplo: no padrão vigente do prestígio social, do homem burguês, do estilo de vida moderno, da nova significação do tempo, do fazer, do pensar.

Um ponto fundamental apontado na obra “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi” (CARVALHO, 1987) diz respeito ao processo das construções ideológicas que foram se estabelecendo na cidade acerca da Ordem e da organização, das estruturas das casas marginalizadas, resultantes dos problemas de moradia e das “repúblicas” que se formaram dentro da República (os cortiços). Nesses dois trabalhos historiográficos foram usadas pesquisas e estudos para obtenção das informações demográficas e os dados referentes ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE do começo do século XX.

A Nova Historiografia, pós 1980 no Brasil, sob viés do revisionismo, tem se debruçado para revisitar símbolos e biografias. A partir dos estudos do período Imperial, a formação da intelectualidade brasileira vem ganhando espaço ao mesmo tempo em que a historiografia internacional, sob abordagem cultural, tem enfatizado as apropriações e resistências por parte dos diferentes grupos regionais.

Discutir sobre a formação da identidade social brasileira é importante para compreender o próprio projeto de nação definido pelos governos durante as rupturas Império/República e, principalmente, a inclusão ou exclusão dos grupos nesses grandes contextos de projetos. É somente a partir do estudo das primeiras experiências, da nova roupagem política, da emancipação sob o domínio do poder Régio como modelo de administração política que podemos extrair os principais fatores que contribuíram para a formação da identidade social brasileira. Esta, porém, deve ser considerada como resultante da construção de um contexto histórico específico, que ainda vem se consolidando nas estruturas práticas e ideológicas de um contínuo processo, sujeito a transformação e rupturas.

Na obra “As barbas do Imperador” (SCHWARCZ, 1998) é possível descortinar uma série de fatores que nos ajudam entender a forte influência do Imperador Dom Pedro II a despeito das transformações e contribuições para um projeto de nação, o que perpassa sobretudo as pesquisas, os estudos e a intensa participação no Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro na reformulação e nas novas implementações da Academia Imperial de Belas Artes (ambas instituições monárquicas criadas na década de 1830 por seu pai), e no patrocínio do, até então, seminário restituído por Dom Pedro I em 1821 como Colégio Pedro II em 1837.

Pensar, pois, na criação de uma "identidade social" para o Brasil não foi ideia dos republicanos, mas de um Imperador, o primeiro a desejar tal faceta. Vemos assim que, a partir dela, desenvolveram-se as questões conflituosas para a formação do perfil social brasileiro.

No contexto da administração colonial e suas prerrogativas, surgem as primeiras linhas de pensamento político voltados, é claro, para os interesses de uma classe restrita. Diante disso, é possível considerar que foi a partir do pensamento político monárquico que se estabeleceu de modo peculiar as permanências na Primeira República, já que, não se pode conceber a História como uma sucessão de fatos separados, mas uma plena consolidação de continuidades resultantes das dinâmicas sociais.

Retomar o período imperial permite compreender, assim, o nascimento da nação e a construção da própria República brasileira. Carvalho (1987) e Napolitano (2016) concordam a respeito do conservadorismo, que marcou o movimento republicano cujo nascimento tem sua inspiração no modelo liberal europeu (Manifesto do Rio de Janeiro de 1870), mas, vai ganhando contornos conservadores à medida que se institucionaliza, principalmente com o Partido Republicano Paulista (PRP) e o manifesto republicano de 1873.

Ademais, não se discute a crise da monarquia, a qual vivenciava um processo de deslegitimação gradual e contínuo, e o crescimento dos círculos, dos grupos e dos partidos políticos pró-república entre os militares e entre as oligarquias das províncias mais ricas (São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) desde 1870. Questionava-se a monarquia e o acesso às decisões políticas do governo central, o que desgastava politicamente a imagem da monarquia junto à sociedade, levando à perda de apoios fundamentais entre as elites civis e militares. Cabe ressaltar que apesar dos republicanos concordarem com o fim da monarquia, eles não formavam um bloco político e ideológico único e coeso. Várias correntes expressavam visões divergentes sobre a organização da república a ser constituída³.

³ Marcos Napolitano (2016) identifica três grandes correntes republicanas atuantes: a corrente liberal, cuja base social era formada pelas oligarquias (cuja base de poder político era a propriedade rural e a economia agroexportadora, sobretudo a do café) organizadas em torno dos partidos republicanos regionais, como Partido Republicano Paulista (fundado em 1873) e o Partido Republicano Mineiro (fundado em 1888), cujo projeto defendia uma república liberal, de natureza federalista, baseada em leis que consagravam a liberdade individual, mas com restrições à extensão da cidadania eleitoral e política num sentido de restrição constitucional à participação eleitoral da população mais pobre; a corrente positivista, forte entre os militares e com participação minoritária de elites civis e classe média de alguns estados como o Rio Grande do Sul, cujo projeto era contrário

O Partido Republicano Paulista era formado majoritariamente pelos Barões do Café e traduzia demandas e inspirações próprias desse universo cafeicultor. É evidente o desejo de se derrubar a monarquia, porém mais claro era a vontade de se derrubar o ministério de Ouro Preto, o último ministério imperial, liderado pelo membro do Partido Liberal. Visconde de Ouro Preto era quem levava as propostas de uma reforma política e de uma modernização da monarquia, numa visível tentativa de incorporar algumas das bandeiras do movimento republicano, tais como a maior autonomia administrativa para as províncias, o fim do senado vitalício e a diminuição dos poderes para o Conselho de Estado (NAPOLITANO, 2016).

O projeto dos Barões do Café foi um projeto de permanência de *status quo* e de manutenção de privilégios, o que não é, em hipótese nenhuma, de inspiração liberal e democrática. A ideia de república como coisa pública vinculada ao ideal revolucionário francês é desvirtuado em favor da permanência do interesse das elites num projeto claramente antidemocrático e centralizador (pela influência e aproximação com os militares) que se deu em meio a um golpe contra a monarquia.

O sentido e a imagem da República, associada ao ideal de ordem e de progresso, foco desse artigo, é traduzido pelo quadro “A Proclamação da República”, de Benedito Calixto, de 1893: uma praça ocupada por militares em formação aclamando os comandantes. Uma sensação de ordem pública.

Em “Os radicais da República: Tessitura de uma interpretação”, Queiroz (1986) concorda que houve entre os adeptos do positivismo duas correntes principais, a dos comtistas ortodoxos e a dos positivistas heterodoxos, que, em resumo, representavam as divergências quanto ao cumprimento/aplicação fatal das leis científicas do verdadeiro progresso da humanidade. Entre os ortodoxos estavam aqueles que, assim como os princípios básicos da filosofia, rejeitavam a desordem e a anarquia e compreendiam o progresso como uma sucessão necessária e não como uma ruptura violenta, o que explica, em parte, as permanências da monarquia, nos símbolos e na própria política.

a dos liberais, como a construção de um governo centralizado e tutelar que estimulasse a modernização econômica, a alfabetização das classes populares e determinadas reformas sociais, defendendo principalmente o Estado como promotor do nacionalismo e do patriotismo; a terceira corrente era dos radicais republicanos (os “jacobinos”) cuja base era formada por setores médios, das grandes cidades, pequenos funcionários públicos e trabalhadores qualificados, sobretudo do Rio de Janeiro e epicentro das agitações urbanas no final do século XIX, em que o projeto era de reformas sociais, distribuição de renda e inclusão das massas na vida política nacional, mesclando assim elementos de um republicanismo radical com a defesa de direitos sociais garantidos por um Estado Forte e centralizado.

Já do lado heterodoxo, havia os militares e os civis que desviaram-se do contismo ortodoxo. A autora enfatiza que foi nesse momento histórico que os militares “encontraram elementos de afirmação para enfrentar uma sociedade que tendia a considera-los um corpo oneroso e parasitário, consumidores de recursos passíveis de serem aplicados com maior vantagem em outros setores”, além das marcas e dos ressentimentos com o Governo deixados pela Guerra do Paraguai (QUEIROZ, 1986, p. 229).

Diante das explanações embasadas nos principais autores revisionistas que trabalham com a temática do imaginário republicano em face do desejo de construção de uma "identidade" forjada é possível lançar reflexões sobre: como a identidade social brasileira adquiriu corpo? Havendo o sentimento de pertencimento, de que modo aquela sociedade contribuiu para a formação da sociedade atual? A respeito das questões sobre participação e interesse pela vida política, onde estamos?

O projeto de nação

Observando as estratégias aplicadas pelo Imperador quanto à sua dedicação na construção de uma ideologia política e naquilo que afirmou como "nação", segundo Carvalho (2007), em “Dom Pedro II por José Murilo de Carvalho”, fica claro que, a palavra ou expressão que melhor define seus discursos e suas atitudes para a consolidação do ideal de "nação" brasileira e "identidade social" seja: honra.

É sob a justificativa do resguardo da conservação da "honra" que o imperador suscita forças e incentivo para lidar, a partir da década de 1840, com a Questão Platina, a Questão Christie e a Guerra do Paraguai, conflitos geopolíticos que mostraram a personalidade incisiva e resistente de Dom Pedro II. A data de 1852 foi a primeira demonstração da participação do monarca na tomada de uma decisão importante, como o apoio no encerramento ou continuidade os conflitos latino-americanos que se estenderam de 1840 a 1870. Foi naquela data que, depois de uma curta aliança, o Brasil rompeu relações com a Argentina, “em virtude de divergências sobre a livre navegação na bacia do rio Prata” (CARVALHO, 2007, p. 102).

Em meio aos grandes prejuízos econômicos e sociais que vinham sofrendo os gaúchos, provocados, sobretudo, pelas “desapropriações sem indenização de propriedades de milhares de brasileiros que viviam no Uruguai”, (CARVALHO, 2007, p. 102) foi necessária uma rápida e eficiente tomada decisão por parte do governo brasileiro, pressionado, é claro, por

esses proprietários no desfecho do conflito. Daquele modo, foi dado o aval a Paulino Jose Soares de Souza, recém nomeado ao "Ministério dos Estrangeiros, para definir "a política platina do país: não conquistar nada, e não deixar a Argentina conquistar nada, isto é, manter o *status quo*" (CARVALHO, 2007, p. 103); o apoio das tropas brasileiras derrotou Juan Manuel de Rosas, o ministro ganhou o título de Visconde do Uruguai e o respeito do Imperador (CARVALHO, 2007, p. 102-103).

O que as justificativas explícitas de Dom Pedro II esclarecem sobre esse episódio é justamente seu caráter moral, ou seja, suas iniciativas para a neutralidade ou a ação do Brasil nos conflitos, exercendo a função de conservação da "honra" da nação; "a expressão 'honra do Brasil' tornou-se um bordão em suas declarações, verbais e escritas, públicas e privadas" (CARVALHO, 2007, p. 110). O que representava, à princípio, o conceito de "honra" para o monarca, tratava-se da integridade física de seus domínios geográficos, econômicos e sociais; defender, pois, a nação era defender a manutenção do poder do governo brasileiro.

Já a Questão Christie, por outro lado, que tem início em 1861, representava, diretamente para a população, a imagem de seu imperador, construída sob os percalços do conflito isolado e pontual com a Inglaterra. Ela acusava o Brasil de ter, em alguma circunstância, apreendido e saqueado seus navios, exigindo, portanto, o pagamento de indenizações pelos prejuízos e insultos sofridos por seus marinheiros. Em contrapartida, a resposta clara e objetiva de Dom Pedro II foi "não podemos anuir com decoro às exigências do inglês" (CARVALHO, 2007, p. 104).

Foi nesse contexto que o imperador "teve a primeira experiência de contato direto com as ruas desde a maioridade. Foi aplaudido no largo do Paço por uma multidão que ameaçava depredar os estabelecimentos ingleses" (CARVALHO, 2007, p. 104), pois mostrava a todo o custo uma posição segura de resistência; pela honra de sua nação não acatou nenhum pedido e solicitação de Christie para a liberação dos navios brasileiros apreendidos fora da baía.

Assim, o que ocorreu foi um papel assumido pelo governante de responsabilidade moral quanto à situação imposta das implicações de caráter, à princípio puramente políticas, e que, o colocavam absolutamente em condição de desvantagem. Entretanto, ele contou com o peso da desvantagem a seu favor, com a estratégia de assumir, desde o início, a posição de resistência e, portanto, o não pagamento das indenizações e o retorno de seus navios. O significado daquele ato para as pessoas que o aplaudiam e apoiavam era a representação, sem demagogias, de um "pai", que protege e luta a todo o custo pelos interesses diretos de sua

nação, ainda que se tratando de uma desavença específica que não envolvia todo o território nacional. A "proteção" apresentada por Dom Pedro II incitou uma série de ações populares contra todos os ingleses e seus estabelecimentos, provocando assim a repulsa ao estrangeiro que, pela posição ideológica e política, representasse uma ameaça à honra dopaís.

Ainda no contexto das décadas de 1865 a 1870 ressurgem velhas desavenças geopolíticas entre os latinos Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, só que dessa vez aliados tornam se inimigos e inimigos prováveis aliados, demonstrando a dinâmica adotada pelos territórios quando o assunto era a defesa de sua província e, sobretudo, de seu modelo ideal de governo.

Foi uma guerra que o Brasil não queria, sobretudo porque era feita contra o inimigo errado, o Paraguai, e em parceria com o aliado errado, a Argentina. A grande rivalidade no Prata era entre Brasil e Argentina. Os dois países haviam herdado das mães-pátrias uma história de conflito (.....) além da disputa geopolítica, separavam-se pela cultura, pelo sistema de governo e pela imagem que tinham um do outro (CARVALHO, 2007, p. 106).

A diferença de regime político entre o governo brasileiro e seus vizinhos latinos nos ajuda, em parte, a compreender o papel político adotado pelo imperador. Éramos uma monarquia em meio às repúblicas, o cenário da Guerra do Paraguai representava, de um lado, a permanência do Antigo Regime e de outro, a permanência dos caudilhos. Desta feita, é possível perceber qual o significado das "ameaças" para o imperador, as quais prejudicariam a proteção de seus interesses territoriais e morais, a defesa da honra brasileira contra os rebeldes. Os modelos fora do país que já não vigoravam mais sob domínio de regimes monárquicos eram o monstro que assustava a civilidade.

O incentivo ao alistamento militar voluntário tornou se o grande trunfo dos discursos e das atitudes de Dom Pedro II para a consolidação e a construção do patriotismo, mesmo com esse sentimento sendo moldado desde a Questão Christie. Entretanto, foi na guerra que o alvoroço da nacionalidade aflorou sob a justificativa da possibilidade de participação ativa e direta de todo o "povo brasileiro".

Testemunho inequívoco do patriotismo do imperador, a guerra serviu também como poderoso instrumento de construção da identidade brasileira. Antes dela, nenhum episódio havia unido tantos brasileiros contra um inimigo comum. Calcula se que 135 mil soldados, vindos de todas as províncias, participaram da guerra. As lutas da independência marcadas por forte antilusitanismo, tinham se restringido a cidades costeiras, onde os

portugueses controlavam cargos e comércio. As grandes revoltas da regência eram, na maioria, separatistas (CARVALHO, 2007, p. 123).

"A ciência sou eu", assim se definia o Imperador. Uma afirmação que, segundo a própria trajetória política, o justificava: na intensa participação, no desenvolvimento e no financiamento de pesquisas, dos vários campos das Ciências Humanas e da Natureza. Nessa perspectiva, é possível compreender que a expressão não foi exagerada, nem mesmo prepotente; foram medidas como "a criação de uma identidade nacional" por meio das artes, da literatura e da ciência, que consolidaram as estruturas do imaginário social brasileiro.

O projeto de nação pensado e projetado por Dom Pedro II é o início do modelo de representação cultural sobre a construção da imagem nacional, e do sentimento de amor à pátria. Ainda que não tenha sido ele, o principal personagem a ocupar o espaço de destaque e de poder quanto a consolidação do auge republicano, foi, sem dúvida, o personagem que criou, produziu e deu vida a tudo isso. O que devemos considerar, portanto, é: pensar a construção de uma identidade nacional a partir das construções ideológicas da Primeira República é, antes de tudo, pensar no Projeto de Nação idealizado e aplicado por nosso Imperador.

As implicações que formam a concepção específica de uma "identidade nacional" e, posteriormente, "social", no caso do Brasil, perpassam a compreensão sobre a "cultura". O que a história desse território enquanto "nação" nos informa é que a ideia de "pátria" e de pertencer a uma pátria só foi de fato questionada após 1889, ou seja, quando questões como cidadania e cidadão precisaram ser pensadas. Ainda que idealizada pela elite política republicana, o caráter de gestão e de administração para o público nesse contexto passou a ser introduzida e a fazer parte da mentalidade do povo, justamente porque no discurso republicano cabia, em primeira mão, uma orientação de propostas voltadas para o povo.

Quando um território imenso, dividido e cheio de heranças traumáticas advindas dos conflitos separatistas conhece e tem a chance de viver uma realidade social sob o discurso da "união", construída, sobretudo, pela ideia do progresso técnico e material, sua adesão passa a se caracterizar como um movimento de apropriação pela representação do outro e, no caso do Brasil, essa apropriação se converteu na adoração dos símbolos e dos heróis nacionais.

Assim, a imagem que temos de Tiradentes não é percebida a partir do conhecimento que temos sobre sua história, mas a partir da representação que os primeiros livros didáticos após 1889 fizeram dele. Da mesma forma, a imagem que temos do "jeca tatu" não condiz com

a realidade social e política vivida pelas sociedades rurais, mas com as construções ideológicas pejorativas e preconceituosas criadas por Monteiro Lobato. Assim atestam, por exemplo, os dois principais autores didáticos do início das Repúblicas, Joaquim Manuel de Macedo na obra “Lições de História do Brasil” e João Ribeiro na obra “História do Brasil” (MELLO, 1996).

Voltando à ideia da construção de nossa "identidade social" pelo prisma das representações dadas à nossa cultura, Dom Pedro II inaugura, por meio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), na ideia de Projeto de Nação, "a criação de uma identidade nacional", justificada pela exigência que nos acometia desde a "independência", em 1822.

O que o imperador queria era "dar autonomia cultural ao país". "Se no plano da política externa uma monarquia encravada bem dentro do continente americano gerava desconfianças, mesmo internamente era preciso criar uma identidade", assim colocava-se à disposição de Dom Pedro II uma importante questão: sua legitimação enquanto imperador e administrador do Brasil através do fortalecimento de sua imagem, não só a imagem do imperador, mas, sobretudo, do povo, agora como "cidadão brasileiro" (SCHWARCZ, 1990).

A consolidação do projeto monárquico pode, em síntese, ser definido por um ponto fundamental: a criação de uma MEMÓRIA na representação de símbolos nacionais que se fizeram realizar principalmente na literatura. Uma das considerações de Dom Pedro II estavam concretizadas nesse plano, a da afirmação de que a legitimação de uma identidade só seria possível pelo reconhecimento da necessidade da "unificação nacional". É o que nos revelam as produções literárias e historiográficas da época, quando a noção de "cultura genuinamente nacional" surge como pressuposto para a desvinculação entre o Brasil e Portugal.

O que a literatura, no contexto, se propõe a fazer é trazer a ideia da universalidade (contida no território) em consonância com a particularidade (da diversidade cultural), ou seja, ilustrar as diferenças por meio da experiência do exótico, ao mesmo tempo despertar o sentimento de que seríamos um só povo, pois pertencíamos a uma mesma pátria. Esse discurso consolida-se como romance brasileiro, já que expunha e exaltava elementos como o índio herói, a floresta virgem, dentre outros.

Com efeito, tomando a dianteira nesse movimento, o monarca selecionou um grupo e de forma direta afastou outros. Na verdade, é com a entrada de Dom Pedro no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial,

em verdadeiro nacionalismo e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as originalidades locais" (SCHWARCZ, 1990, p. 131).

Cultura política

A respeito da filosofia que influenciou o pensamento político da I República, um ponto importante e fundamental deve ser observado, sua adaptação à realidade política, econômica e social brasileira, permitindo, para os ideais republicanos, uma apropriação ajustada.

Numa explanação sobre a filosofia positiva enquanto base e alicerce da ideologia republicana, Lacerda (1993), em “A República positivista: teoria e ação no pensamento político de Auguste Comte”, faz uma síntese e uma releitura dos fundamentos nas teorias do pai fundador, ou seja, o autor explica o porquê de uma encaixar-se em outra, como foi no caso específico do Brasil.

Dentro da concepção original comtiana, governar equivale a ditar, conciliar o pleno exercício do poder à liberdade. E no seu fundamento primordial não há uma simples opção de um governo em lugar de outro, mas a compreensão da necessária transformação, baseada numa continuidade progressiva dos desenvolvimentos técnicos e científicos, "naturais às sociedades, quer dizer, a passagem da monarquia para a república deve obedecer aos princípios da Ordem e do Progresso”. Diante dessa apresentação, o autor ressalta também o contexto de apreensão em que vivia o monarca e todos os interessados políticos que o cercavam, “o monarca já não desempenhava nem possuía o poder de Chefe de Estado, reina sem governar” o que de certo modo, favorecia o desejo de reforma pela elite. (LACERDA, 1993, p. 18).

A despeito da concepção da cultura política no Brasil, Carvalho (1990), em “A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil”, considera, diante dos apontamentos históricos, três linhas de ideias que se fizeram presentes no pensamento intelectual e que culminaram numa singela disputa para a implantação de uma República no Brasil, foram elas: o liberalismo à americana, o jacobinismo à Revolução Francesa e o Positivismo.

Na possibilidade de cada pensamento, pelo menos três deles, arguíam os atores, numa “batalha pela criação do imaginário popular”, com divergências e tendências ideológicas, consideravam o indivíduo autônomo, capaz de superar o próprio Estado, articulando-se nas questões econômicas e sociais (Liberalismo), a democracia direta idealizada na democracia

clássica (Jacobinismo), e a ideia da reorganização da sociedade baseada num contínuo progresso (Positivismo). O autor destaca uma questão bastante peculiar experimentada pelo país nesse contexto e aponta para uma descoberta interessante desses grupos, descoberta que mais a frente orientaria o mais forte a se impor no cenário político (CARVALHO, 1990, p. 9).

O discurso republicano, como pensado e idealizado por uma elite, deveria atender a um discurso acessível, que alcançasse aqueles (classe) que não pertenciam ao círculo dos privilégios sociais, de modo claro, um público que não tinha educação formal. Logo, este discurso só poderia se realizar mediante “sinais universais”, símbolos, bandeira e mito. Esse ensaio dos grupos resume, o que podemos dizer, a necessidade de legitimação política, “uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular dentro dos valores republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Contudo, apenas uma corrente venceu a batalha, pois duas delas não cabiam, nem mesmo se encaixavam, dentro do cenário histórico e social brasileiro, e é a partir dessa compreensão que faremos um estudo rápido dos porquês. À princípio, a maior influência ocidental foi a dos franceses, porém o jacobinismo não venceu, não ganhou muita força, nem mesmo tantos adeptos, a explicação está na permanência de um Brasil autoritário e que sempre concentrou o poder nas mãos dos senhores, eliminando, de certo modo, a participação popular.

Então, foi a filosofia positiva que restou como linha de atuação do pensamento político, e a resposta para tal apontamento é simples. Dentre suas concepções, três aspectos primordiais se encaixavam nos “desejos” da elite política do Brasil: I) condenação à monarquia; II) separação entre Igreja e Estado; III) a ideia de uma sociedade em progresso. “Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII.” (CARVALHO, 1990, p. 27).

E o liberalismo à americana? O autor ressalta que este “não estava interessado em promover uma república popular” e partilhava de ações e repreensões que caracterizavam o darwinismo social. É possível, então, saber como as coisas se encaminharam nas propostas do Novo Regime e, talvez, nem mesmo pela maior força de um ou menor força de outro, mas a própria estrutura histórica do país já destinava o seu rumo de pensamento político para a implantação da República.

O estudo das ideias desse autor desvendam algumas questões bem curiosas, como a de que “a aceitação ou rejeição dos símbolos propostos poderá revelar as raízes republicanas preexistentes no imaginário popular”, e isso só ajuda a confirmar ainda mais o que foi antes dito (CARVALHO, 1990, p. 13). Outro dado curioso foi o fato de certa contradição imperar na adoção da República positiva, pois a filosofia renegava a participação militar no governo, ou um governo militar. Entretanto, como no Brasil os que possuíam “formação” política eram os militares, foi necessário um rearranjo, uma adaptação das ideias positivas, pois a elite civil era de formação literária.

Existem algumas considerações que ainda nos confundem, como o fato do “país” rejeitar a monarquia e, ao mesmo tempo, manter características culturais bem notáveis de uma sociedade extremamente conservadora e autoritária. É necessário considerar que o positivismo se encaixou no pensamento político brasileiro porque propôs a “reorganização da sociedade” e entendia que só haveria um caminho natural na história da Humanidade, “O Progresso”.

Considerações finais

O Positivismo, a Ordem e até o Militarismo da Primeira República concretizam os anseios de uma elite política formada, como vimos nos autores citados e na discussão apresentada, pelos barões do café e demais representantes da elite política do país, reduzida e poderosa. O projeto de nação recupera isso e, de forma excludente, define um modelo de país “harmonioso” em direção ao progresso, negligenciando conflitos sociais que poderiam ser vistos como transformadores nas sociedades revolucionárias mais liberais e sob a ótica marxista.

O foco era romper a ordem política vigente, incorporando a insatisfação de setores com a monarquia, como os grupos formados por militares e por intelectuais que se aproximaram do republicanismo para instaurar outra ordem centralizadora, e até antidemocrática, que configurava um desenho de uma nação ainda marcada pela missão civilizatória, mas agora sem a intervenção do Poder Moderador. Estabelecia-se, assim, com limites, liberdade para as províncias, mas, principalmente, legitimava uma ordem que garantisse o *status quo* da aristocracia brasileira e mantinha o povo de fora do projeto nacional.

O Positivismo fornecia o aparelhamento ideológico conformado na própria bandeira nacional, que incluiu, a partir do desejo de Teixeira Mendes, chefe da Igreja positivista, o lema "Ordem e Progresso" no centro da esfera celeste semeada de estrelas, traduzia os valores de manutenção da ordem, preservando o respeito à hierarquia e à desigualdade social; instituía e inspirava o espírito de modernização (LUTZ, 2005, p. 78).

Assim, atualizar os estudos sobre simbologia e valores e contribuir para a percepção de nosso projeto nacional é importante porque revela o próprio Brasil atual e os grupos que configuraram as relações entre o Estado e a Sociedade, além de auxiliar na reflexão da definição das ações políticas e econômicas que ingressaram nos governos do império e da república para erigir a nação, o lugar da nação brasileira no mundo e, principalmente, a compreensão das transformações e rompimentos que nossa república sofreu ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- ACHILLES, Aristheu. **Raízes do pensamento político brasileiro na Independência**. 1973.
- BELLO, José Maria. **História da República, 1889-1954**: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 6. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.
- BURKE, Peter. A corrupção transparente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, n. 716, 20 nov. de 2005, Mais!, p. 3.
- BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. A Paixão pelo Brasil. In: **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARONE, Edgard. **A primeira República, (1889-1930)**: texto e contexto. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista**. Tradução de José de Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 188 p.

HUNT, Lynn Avery. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACERDA, Arthur Virmond de; COMTE, Auguste; SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **A república positivista: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte**. Curitiba: Centro Positivista do Paraná. 1993.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LUZ, Milton. Os projetos para uma nova Bandeira. *In: A História dos Símbolos Nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoriais e Publicação, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3. ed. São Paulo: Editora Autentica. 2007.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Tessitura de uma interpretação. *In: Os radicais da república: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 29, p.49-63, out. 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um monarca nos trópicos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II. *In: As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995